

## **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 011/2021**

### **ESTABELECE INCENTIVOS PARA O PAGAMENTO DE DÉBITOS COM A MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suprimir, dos débitos já lançados em dívida ativa, o valor que corresponde à multa moratória e juros incidentes nos tributos descritos na tabela abaixo:

Descrição
IPTU – Imposto Predial Territorial e Urbano
Alvarás
ISS
Multas sobre Danos Ambientais
Taxas de Vistorias

§ 1º A exclusão que trata o presente artigo será de 100% (cem por cento) dos juros e multas para o pagamento à vista ou em até 05 vezes, com data limite de parcelamento 30 de dezembro de 2021.

§ 2º O pagamento da primeira parcela será no ato da assinatura do Termo de Adesão ao parcelamento.

§ 3º As parcelas referidas no § 1º não poderão ser inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais.

Art. 2º O presente programa inclui os débitos inscritos em dívida ativa, conforme constam no caput, sendo de origem tributária ou não, incluídas as ajuizadas em processo de execução fiscal.

Art. 3º Para fazer jus ao benefício instituído pela lei, o contribuinte deverá requerê-lo junto ao setor de arrecadação e promover a consolidação da totalidade seus débitos em dívida ativa, no prazo de vigência da presente lei.

Art. 4º O Poder Executivo poderá editar decreto regulamentando a matéria de que trata esta lei.

Art. 5º O Poder Executivo, através de seus órgãos de arrecadação poderá dar publicidade do teor desta lei para que os contribuintes tenham ciência do benefício a que fazem jus.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31 de dezembro de 2021.

Salto do Jacuí – RS, em 21 de Julho de 2021.

---

**Jane Elizete Ferreira Martins da Silva**  
**PDT**

---

**José Jair Borges**  
**PDT**

## JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente, Nobres colegas vereadores:

O presente Projeto de Lei nasceu da reivindicação de munícipes que atualmente se encontram em dívida com a municipalidade e que tem ciência das suas obrigações fiscais, mas que não tem condições de arcar com todas as penalidades impostas por conta a inadimplência.

Todos sabemos que nossa comunidade, assim como outras tantas, atravessa grave crise de saúde com reflexos diretos sobre a economia, razão que por si só nos leva a pensar em mecanismos para amenizar, ao menos em parte, os problemas a serem enfrentados.

No mesmo sentido, cumpre referir que a iniciativa está amparada pelo que dispõe o art. 167-C da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, nos seguintes termos:

*"Art. 167-C. Com o propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade pública e de seus efeitos sociais e econômicos, no seu período de duração, o Poder Executivo federal pode adotar processos simplificados de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial, e de obras, serviços e compras que assegurem, quando possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes, dispensada a observância do § 1º do art. 169 na contratação de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição, limitada a dispensa às situações de que trata o referido inciso, sem prejuízo do controle dos órgãos competentes."*

Diante do permissivo constitucional e com vistas exclusivamente a viabilizar o adimplemento de débitos em dívida ativa, esse incentivo, além de se transformará também em incremento da receita da municipalidade, mantendo o valor original da dívida e possibilitando o recolhimento de receita.

Assim, encaminhamos o presente projeto, para análise dos nobres colegas, contando com a aprovação de todos.

---

**Jane Elizete Ferreira Martins da Silva**  
**PDT**

---

**José Jair Borges**  
**PDT**